



MOÇÃO A

SPGL adere à Greve da Administração Pública de 8 de novembro

A situação económica e social de Portugal continua a degradar-se como consequência de uma espiral recessiva resultante do modelo económico imposto pela “troika” e em muitos aspetos radicalizado pelo governo de Passos Coelho/Paulo Portas. Só para efeitos de propaganda se podem ter como indicadores de uma “retoma e inversão de ciclo” alguns números económicos mais positivos (ou menos negativos).

O orçamento de Estado para o ano de 2014 insiste em receitas semelhantes às que nos conduziram a esta situação: redução acentuada dos salários e pensões nos trabalhadores da função pública, a juntar aos cortes que lhes têm vindo a ser aplicados desde 2011, e, no setor privado, redução generalizada dos salários negociados para níveis de países não europeus. Em ambos os setores se prevê um aumento significativo do desemprego, independentemente dos “eufemismos” que o governo use para “dourar” o flagelo que cai sobre um enorme número de famílias portuguesas. Também na Educação o anunciado corte de mais 485 milhões de euros previsto no OE2014 significará, seguramente, uma nova vaga de despedimentos, ainda difícil de quantificar, que acrescentará desemprego ao desemprego de muitos milhares de professores contratados nos últimos anos – mais de trinta mil nos últimos quatro anos.

O governo continua a cumprir os seus objetivos estruturais aplicando de forma acelerada a cartilha do mais radical neoliberalismo, nomeadamente apontando para a mercadorização das funções sociais, em oposição àquilo que desde Abril de 1974 o país considerou ser funções a cumprir pelo Estado, independentemente das forças políticas que governem. É o caso da degradação dos serviços oferecidos pelo SNS (Serviço Nacional de Saúde), da progressiva degradação das condições de trabalho dos docentes e não docentes nas escolas públicas e o ataque despudorado à segurança social.

Considerando ilegitimamente os trabalhadores da administração pública como “privilegiados” o governo faz recair sobre eles medidas gravosas -verdadeiros roubos e atentados aos seus direitos laborais- que, de resto, numa segunda fase estende aos restantes trabalhadores. No orçamento de Estado apresentado no passado dia 15, prevê-se um corte salarial entre 2,5 e 12%, abrangendo desta vez os salários superiores a 600 euros (até agora só se aplicavam cortes a salários acima dos 1500 euros) e um corte das pensões, incluindo as pensões de sobrevivência, que poderão atingir os 15%

Ao mesmo tempo que se reduzem os salários, aumenta-se o tempo de trabalho na administração pública para as 40 horas – com reflexos na desregulamentação dos horários de muitos docentes.

É neste contexto de galopada para o empobrecimento forçado e intencional do país e de ataque aos serviços públicos e seus trabalhadores que os sindicatos da Frente Comum e o STE decidiram convocar uma greve deste setor para o dia 8 de novembro próximo. A FENPROF e os seus sindicatos procuraram criar as condições para que esta greve fosse uma greve conjunta de todos os sindicatos da administração pública, com negociação séria com a Fesap (Frente de sindicatos da administração pública afeta à UGT) e com o STE (Sindicato dos Trabalhadores do Estado), denunciando como errada a política de isolamento defendida por vários sindicatos que integram a Frente Comum.

A direção do SPGL, reunida no dia 21 de outubro, defende que o SPGL deve aderir à greve convocada, e envolver-se na mobilização de todos os professores e educadores.

Conscientes das dificuldades de uma greve no início de um ano letivo, os dirigentes e delegados sindicais do SPGL estão contudo convictos de uma adesão positiva dos docentes, face à gravidade da situação criada pelas medidas do governo.

Por uma greve de toda a administração pública a 8 de novembro de 2013!

A direção do SPGL